

Rangel Reis diz que vai processar Darci Ribeiro

CURITIBA (O GLOBO) — O Ministro do Interior, Rangel Reis, disse ontem em Curitiba estar disposto a processar o antropólogo Darci Ribeiro, pois se sente ofendido com as declarações que ele teria feito na reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, acusando o Ministério do Interior de ter interesses excusos no projeto de emancipação do índio.

Disse o ministro que telefonou à SBPC para se informar sobre essa denúncia, mas foi informado de que o pronunciamento de Darci Ribeiro não foi feito por escrito nem foi gravado. O projeto de emancipação do índio, segundo Rangel Reis, que deve ser encaminhado ao Presidente Geisel em setembro próximo, consiste na regulamentação de alguns capítulos do Estatuto do Índio, para que o indígena deixe de ser um tutelado do governo se esta for a sua vontade.

DISCUSSÃO

A proposta, segundo o Ministro do Interior está em discussão, inclusive com a participação de antropólogos, pretendendo-se alterar a sistemática da emancipação das comunidades indígenas.

— Nenhuma comunidade está em condições de se emancipar no Brasil — disse o Ministro. Mas devemos tentar conduzi-las para isso quando estiverem em condições de se autodeterminar e se autossustentar. Trata-se de um processo que

irá durar ainda de 50 a 100 anos. No Brasil existem hoje apenas 180 mil índios. Será que não teremos condições de absorver decentemente esse contingente em nossa sociedade e teremos de suportar a existência de nações diferentes dentro de nosso território?

EMANCIPAÇÃO, NÃO ABANDONO

Para Rangel Reis, a emancipação não significa o abandono da cultura e das tradições indígenas, e o debate em torno do projeto, segundo o Ministro aberto também à participação de Darci Ribeiro, inclui a diretriz de que as terras indígenas são inalienáveis. E o Ministro comentou as acusações do antropólogo, segundo as quais o projeto de emancipação foi proposto para favorecer arrendatários que ocupam parte das terras da Reserva de Kadiweu, em Mato Grosso:

— Darci Ribeiro foi leviano quando deu as informações, porque na verdade existem pouco mais de 400 índios nas terras, e não 1.500, que não podem efetivamente usar as terras, que somam 450 mil hectares.

Segundo o Ministro do Interior, os arrendatários da área, todos autorizados pela Funai, contribuem para evitar invasões, colaboram na manutenção da comunidade com o arrendamento que pagam e ocupam uma parte da reserva à qual os índios não poderiam se responsabilizar sozinhos pela ocupação.

Funai nega denúncia de exploração

BRASILIA (O GLOBO) — Segundo a Funai há pessoas no Sul do país interessadas em jogar índios Guaranis e Kaingang contra posseiros e contra a própria Fundação, acusando-a, falsamente, de que os projetos de desenvolvimento econômico das comunidades indígenas visam “explorar o trabalho do índio”. Esclareceu a Funai, em nota distribuída ontem, que tais projetos, na Reserva de Nonoai, e em outras áreas indígenas do Sul do país, pretendem complementar os recursos financeiros, revertendo para os índios, através de projetos de desenvolvimento comunitário, o resultado líquido da exploração do patrimônio indígena”. Apenas neste ano, indica a Funai, foram aplicados, e em sua maioria no Sul, Cr\$ 9.242 milhões de renda indígena.

ANOTA

E a seguinte a nota distribuída pela Funai: “Grupos interessados em tumultuar as

populações indígenas do Sul do país, notadamente no Paraná e no Rio Grande do Sul, a pretexto de defendê-las, voltaram à ação, após insuflar os índios Kaingang e Guaranis da Reserva Indígena de Nonoai contra os posseiros que viviam em suas terras, ao mesmo tempo que diante da interferência do Governo, lamentaram a situação dos posseiros, lançando-os contra a Funai.

Agora, esses grupos voltam a instigar os índios da Reserva de Nonoai contra o órgão oficial encarregado de sua proteção, desta vez alegando que os projetos de desenvolvimento econômico das comunidades indígenas visam explorar o trabalho do índio.

O que na verdade ocorre, é que os projetos desenvolvidos, na reserva de Nonoai e em outras áreas indígenas do Sul do país, tem por finalidade complementar os recursos orçamentários, revertendo para os índios, através de projetos de desenvolvimento comunitário, o resultado líquido da exploração do patrimônio indígena. Este ano, a Funai está aplicando Cr\$ 9.242 milhões da renda indígena em várias áreas, particularmente no Sul do país. A outra finalidade é a de preparar os índios para, num futuro próximo, assumirem esses projetos, com a retirada dos técnicos da Funai que atualmente coordenam os trabalhos agrícolas nessas áreas. Portanto, a precipitação dos instigadores em evitar a presença de elementos da Funai nos projetos, é manobra lamentavelmente política, que não atende aos interesses dos índios”.

Padre acha que índios são explorados

PORTO VELHO, Rondônia (O GLOBO) — O padre Antônio Iasi Junior, um pesquisador do Museu Rondon, da Universidade Federal de Mato Grosso, ma-

nifestou preocupação com relação à tribo dos Kaxarari, atualmente habitando a região de Abunan, na BR 364, ao norte de Rondônia, próximo ao Estado do Acre, e que estariam sendo vítimas da exploração de seringalistas.

Disse o padre, o qual acaba de passar três dias junto a essa tribo, que a Prelazia Nulius, de Porto Velho, em março de 1975 enviou um relatório sobre as condições de vida desses índios ao então delegado da Funai Coronel Clodomiro Bloise, e inclusive advertindo sobre a necessidade de se demarcar uma área para que eles possam desenvolver atividades produtivas.